



7º Encontro Internacional de Política Social
14º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Contrarreformas ou Revolução: respostas ao
capitalismo em crise
Vitória (ES, Brasil), 3 a 6 de junho de 2019

Eixo: Questões agrária, urbana e ambiental.

APROPRIAÇÃO PREDATÓRIA DO TERRITÓRIO MATO-GROSSENSE

Viviani Sousa Barros¹
Lélica Elis Pereira De Lacerda²

Resumo

Este trabalho tem por objetivo apresentar o processo de como deu-se a apropriação predatória do território mato-grossense a partir dos incentivos do governo federal de Getúlio Vargas e, posteriormente, da ditadura civil-militar de 1964 compreendendo tal mecanismo como estratégia do capital internacional. O presente artigo utilizou-se de estudos bibliográficos acerca da formação social e econômica da região mato-grossense e de teóricos como Marx (2011) que nos apontam sobre a acumulação primitiva; Marini (2000) sobre o processo de subjugação dos países periféricos aos de capitalismo central e Fernandes (1981) que analisa a formação do Brasil e suas especificidades no processo da revolução burguesa.

Palavras-chave: Acumulação primitiva; Economia mato-grossense; Apropriação predatória.

Predatory Appropriation of the Territory of Mato Grosso

Abstract

This paper aims to present the process of how the predatory appropriation of the Mato Grossoan territory was obtained from the incentives of the federal government of Getúlio Vargas and later from the civil-military dictatorship of 1964 comprising such a mechanism as a strategy of international capital. The present article used bibliographical studies about the social and economic formation of the region of Mato Grosso and theorists like Marx (2011), who point out to us the primitive accumulation; Marini (2000) on the process of subjugation of countries peripheral to those of central capitalism and Fernandes (1981) that analyzes the formation of Brazil and its specificities in the process of bourgeois revolution.

Keywords: Primitive accumulation; Economy of Mato Grosso; Predatory appropriation.

Introdução

O trabalho ora proposto tem por objetivo analisar o processo histórico de ocupação do território do Estado de Mato Grosso, na periferia do capitalismo dependente (FERNANDES, 1981; MARINI, 2000), a partir das políticas empreendidas durante o governo de Getúlio Vargas e, posteriormente, durante a ditadura civil-militar iniciada em 1964.

Apesar do território ser milenarmente ocupado por povos indígenas de mais de 40 etnias diferentes e secularmente ocupado por povos quilombolas e demais populações tradicionais, houve nos períodos ditatoriais (Estado Novo e ditadura civil-

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Atualmente mestranda no programa de Pós- Graduação em Política Social pela UFMT. E-mail: <barrosviviani21@gmail.com>.

² Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente professora da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E-mail: <lelicaelis@yahoo.com.br>.

militar de 1964) o fomento de “ocupação” destas terras (tidas como desocupadas) pelo homem (do sul e sudeste do Brasil) branco, à partir dos interesses das elites vinculadas à burguesia internacional, para inserir este território na lógica de produção capitalista.

No centro-oeste brasileiro, o processo de acumulação primitiva é condição de existência do capitalismo pautado no agronegócio, modelo de agricultura imposto pelas elites internacionais coadunado com a existência dos grandes latifúndios produtores de monocultura, herança do Brasil colonial.

Este artigo é, portanto, fruto de pesquisa bibliográfica (Gil, 2010) pautada no materialismo-histórico-dialético, único método capaz de desvelar o processo histórico constitutivo das relações materiais de dominação exercidas entre as classes, numa economia global. Utilizamos-nos de autores como Marx (2011), Fernandes (1981) e Marini (2000), no bojo da teoria marxista da dependência; particularizada na análise da história de ocupação do Estado de Mato Grosso, à partir de Rivera (2008) Pinto (2008) e Rosa (2018).

Assim, no primeiro tópico vamos situar o que seja a acumulação primitiva (MARX, 2011) e de que forma ela se expressa na ocupação do território mato-grossense e, no segundo tópico, vamos abordar o processo histórico de apropriação deste território pelo capital.

1. A acumulação primitiva

No capítulo XXIV do Livro I de O capital, Marx (2011) aborda com ironia o processo de acumulação primitiva. Ele afirma que o mito criacionista da economia política para justificar a emersão dos capitalistas é a narrativa de que alguns poucos trabalhadores laboriosos e mais habilidosos que os demais conseguem acumular riquezas, dando origem aos capitalistas.

Explica o autor que por trás deste mito está a verdade: Na história real é sabido que a conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência desempenha papel central neste processo. Explica o autor que o dinheiro e a mercadoria não são desde o início capital, tão-pouco os meios de produção e de vida; para se tornarem capital carecem da transformação em capital. Mas esta mesma transformação só pode processar-se em circunstâncias determinadas, que redundem na constituição de duas espécies muito diferentes de possuidores de mercadorias: de um lado proprietários de dinheiro, de meios de produção e de vida, aos quais o que interessa é valorizar a

soma de valor por eles possuída por meio da compra de força de trabalho alheia; do outro lado trabalhadores livres, vendedores da força de trabalho própria e por isso vendedores de trabalho.

O autor explica que o desenrolar deste processo se deu por um longo período histórico em que a burguesia separa o servo de suas terras e ferramentas, fazendo com que, de um lado, encontrem-se trabalhadores totalmente desprovidos dos meios de produzir seu sustento; e de outro, terras e meios de produção que, alheios aos trabalhadores, passam a ser propriedade privada dos burgueses que são apenas os proprietários, mas não aqueles que colocam estas forças produtivas em ação.

Esta é a estrutura fundamental da sociabilidade capitalista: de um lado trabalhadores alheios aos meios de produção, obrigados a vender sua força de trabalho no mercado de trabalho por salários para sobreviver; de outro, proprietários das terras e meios de produção transformados em propriedade privada, a serviço dos interesses privados para obtenção de lucros de meia dúzia de burgueses.

Marx (2011) explica que este é um árduo, longo processo e que se dá no bojo da luta de classes, em que a burguesia, em luta contra a nobreza, começa a hegemonizar o Estado e, através dele e de sua força repressiva, irá paulatinamente transformar as terras de posse dos reis feudais em propriedade privada dos burgueses e; os servos, de produtores vinculados à terra e aos instrumentos de trabalho em trabalhadores despossuídos.

No Brasil este processo tomará contornos diferenciados. Primeiro porque a transição para o capitalismo se dá à partir do escravismo colonial (GORENDER, 2016) e não do sistema feudal; isso faz com que o operariado seja constituído à partir de afrodescendentes e indígenas escravizados e imigrantes. Se na Inglaterra foi necessário desvincular o servo da terra, aqui é necessário retirar os povos indígenas das florestas e o povo quilombola de suas terras ancestrais.

Depois, pela própria natureza da revolução burguesa no Brasil que, segundo Fernandes (1981), provoca o revolucionamento econômico (do escravismo colonial ao capitalismo) sem revolucionamento das relações sociais. Portanto, a partir de Fernandes (1981), podemos afirmar que não houve no Brasil uma luta de vida e morte entre senhores e pessoas escravizadas ao ponto de promover mudanças efetivas nas relações sociais. As elites nacionais da monarquia (os senhores de escravos da aristocracia agrária submetida à metrópole) são os latifundiários do capitalismo monopolista,

modernizados e submetidos ao imperialismo (neocolonialismo). Desta forma, o latifúndio sobrevive nos 500 anos de história do Brasil colonizado.

Se na revolução burguesa dos países centrais a reforma agrária foi fruto do processo da burguesia revolucionariamente tomar o poder dos nobres num processo de revolucionamento econômico e político, disputando a hegemonia sobre o poder do Estado; no Brasil a elite agrária e escravocrata era a única que tinha a extensão de poder capaz de conduzir a revolução burguesa no Brasil, o que se deu por dentro do poder estatal por cima da classe trabalhadora excluída de qualquer poder decisório.

Assim, aqui o Estado assume para si o processo de modernização da economia brasileira, à partir dos interesses predatórios de nossas elites, constituindo-se em um poder peculiarmente autoritário. É desta forma que o Estado nos períodos ditatoriais conduziu o processo de tomada das terras do centro-oeste em favor das elites do sul e sudeste, em detrimento das necessidades dos povos originários. (FERNANDES, 1981).

A diferença da natureza da revolução burguesa se pauta também na diferença do grau evolutivo das forças produtivas. O próprio Marx (2011) afirma que na natureza abundante das Américas não foi necessário o desenvolvimento de forças produtivas porque os povos indígenas conseguem retirar da natureza tudo aquilo de que necessitam.

Já na Europa, de clima adverso, invernos longos e rigorosos, foi necessário desenvolver tecnologias que permitissem produção de excedente. Ao longo da história isto redundou no fato de que a revolução industrial ocorra na Europa, de onde irradia a sociabilidade capitalista pautada na extração de mais-valia implícita no assalariamento.

A indústria irradia dos países centrais e isto significa que o desenvolvimento de sua força produtiva é o que faz a economia mundial pulsar, pois é deles que o mercado capitalista se globaliza, inserindo os países dependentes conforme suas necessidades. Estes países mantêm sua hegemonia econômica, entre outros fatores, monopolizam o desenvolvimento tecnológico (VALÊNCIA, 2009). Neles prepondera a extração de mais-valia relativa, pautada no desenvolvimento tecnológico.

Já os países latino-americanos se inserem no mercado mundial como fornecedores de commodities baratas, preponderando a extração de mais-valia absoluta. Daí a existência de trabalhadores superexplorados, em mercados de trabalho precários, com extensas e intensas jornadas de trabalho (MARINI, 2000).

A preponderância da extração de mais-valia absoluta irá requerer, na produção agrícola, a extensão das áreas produzidas para que se amplie a produtividade. Isso faz com que, sobretudo em períodos de crise, a ação das elites na expropriação dos povos originários seja predatória, infringindo os direitos humanos de povos inteiros. A base econômica pautada na agroexportação na periferia do capitalismo dependente constitui uma história marcada por violência e sangue dos povos retintos, história que iremos abordar no próximo tópico.

2. A integração da economia mato-grossense ao mercado capitalista

A revolução burguesa no Brasil ocorre numa dinâmica dialética de desenvolvimento e subdesenvolvimento (FERNANDES, 1981), na qual os setores mais adiantados aproveitam-se do atraso do capital em determinadas regiões para desenvolvê-lo conforme seus interesses. Isto ocorre tanto na relação do Brasil com os países centrais, quanto nas diferentes regiões brasileiras. Se Cuiabá era a capitania de São Paulo no Brasil colonial, no Brasil capitalista dependente, Mato Grosso desenvolverá a economia agroexportadora conforme as determinações das elites do sul e sudeste, aliadas ao imperialismo.

O início do século XX foi marcado pela Política de Integração Nacional (PIN) por parte do governo federal, que buscava a incorporação da região Centro Oeste “[...] ao sistema de comunicação nacional e ao processo de circularidade do capital emergente [...]” (RIVERA; PINTO, 2008, p. 244).

Diante disso, o governo federal executou duas medidas com o objetivo de realizar a integração nacional:

[...] a construção de ligações ferroviárias e a instalação de linhas telegráficas. Como resultados, surgiram novos eixos de ocupação e, através dos postos avançados para a comunicação e suprimentos, formaram-se alguns embriões de povoados, que resultaram nas atuais cidades de Rondonópolis, General Carneiro, Acorizal e Porto Esperidião (RIVERA; PINTO, 2008, p. 244).

Ainda no século XX, a política adotada no governo de Getúlio Vargas, de forte apelo à integração nacional, irá fomentar, em 1930, a Marcha para Oeste. Pautada numa compreensão colonizadora de que as terras do centro-oeste fossem inabitadas, desconsiderando a presença dos povos originários e seus interesses, essa marcha terá a finalidade de promover a ocupação do Estado por pessoas advindas de outras regiões

para a formação das desejadas colônias agrícolas. Essa política, de imediato, não manifestará bons resultados, apresentando poucas alterações na taxa de crescimento populacional da região (RIVERA; PINTO, 2008). Diante disso,

[...] o Governo Federal consegue redefinir a política de ocupação e colonização de Mato Grosso e de todo o Centro-Oeste. Agora se buscava atrair um tipo específico da população, o excedente populacional de outras regiões, através de estratégias de destinação de terras, tanto para colonização pública como para a privada. Nessa iniciativa buscava-se resolver questões decorrentes do pretense ‘esgotamento da fronteira agrícola’ nas antigas áreas de ocupação do País, pela apropriação legal da propriedade privada e não pela sua utilização produtiva.

Assim, no período de 1950/1960 foram implantadas 29 colônias oficiais em 400.668 ha., cerca de 0,32% do antigo território mato-grossense. Nesse processo, o maior impacto ocorreu no atual território do estado de Mato Grosso do Sul, também beneficiado com projetos de colonização privada, promovida pelos frigoríficos da região Sudeste. Vale ainda registrar que, no decorrer desse período, grandes extensões do território foram praticamente distribuídas a grupos locais e nacionais, através da expedição de títulos de propriedade, emitidos pelo Departamento de Terras do Estado.

A concessão, sem controle, de títulos de terras, deu lugar a graves problemas fundiários, que levou à perda total do controle por parte do Governo, provocando o fechamento do Departamento de Terras, passando o registro das compras e vendas para os Cartórios de Fé Pública. Com isso, agravaram-se os problemas multiplicando os negócios ilícitos de terras, generalizando as vendas de títulos provisórios, burlando ainda mais as leis através de procurações que estabeleciam e substabeleciam direitos para a venda de terras a terceiros. (RIVERA; PINTO, 2008, p. 246).

Essa escolha política presente durante o processo de concessão de terras permitia que os mesmos grupos que já haviam recebido a terra migrassem para outra região a fim de receber novamente outro terreno. Isso contribuiu significativamente para a concentração fundiária. (RIVERA; PINTO, 2008).

Nesse sentido, percebe-se outra lógica na estratégia política de colonização, pois esta, ao contrário de promover a ocupação, terminou criando condições materiais e não materiais (abertura de estradas, reserva de mão de obra, propriedade privada de terra como reserva de valor etc.) para a apropriação da terra pelo capital agrário, comercial e financeiro. (RIVERA; PINTO, 2008, p. 247).

A Marcha para o Oeste, apesar de ter sido uma política criada durante o governo Vargas, teve garantida sua eficácia apenas durante os anos de 1970, no auge da ditadura civil militar, momento em que o Brasil irá reforçar seu caráter de economia satélite dos países de capitalismo central, atendendo, principalmente, a potência imperialista norte-americana. O golpe de abril de 1964 almejava três objetivos, são eles:

[...] adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países ao novo quadro do inter-relacionamento econômico capitalista, marcado por um ritmo e uma profundidade maiores da internacionalização do capital; golpear e imobilizar os protagonistas sociopolíticos habilitados a resistir a esta reinserção mais subalterna no sistema capitalista; e, enfim, dinamizar em todos os quadrantes as tendências que podiam ser catalisadas contra a revolução e o socialismo (NETTO, 2015, p. 31).

Assim, o golpe de 1964 representou a possibilidade de alinhar definitivamente o país aos interesses do imperialismo norte-americano e fortaleceu o caráter de dependência. Isso pôde ser expresso justamente no êxito que tiveram as políticas de ocupação do centro-oeste, no período da ditadura, em detrimento aos povos originários e tradicionais que pertenciam à região.

A ditadura militar, fazendo parte de um plano imperialista de dominação dos rotulados países atrasados e impedindo medidas que trouxessem independência, golpeou a possibilidade de uma real reforma agrária (assim como outras medidas progressistas) no Brasil, garantindo a permanência e o fortalecimento do latifúndio (NETTO, 2015). O resultado dessa sustentação garantiu a consolidação do modelo do agronegócio e, junto dele, a incorporação do ideário estadunidense, que propunha novas relações com a agricultura.

[...] a dolorosa modernização verificada na agricultura nos anos de 1960 e 1970 teve como uma de suas precondições a derrota de qualquer proposta de uma efetiva reforma agrária, optando-se por um desenvolvimento capitalista no campo com a manutenção de uma estrutura fundiária pretérita. Isso, evidentemente, excluía parcela significativa da população brasileira das 'benesses' dos ganhos de produtividade e acentuaria as pressões inflacionárias contidas no modelo, como de resto expulsaria as pessoas do campo numa escala ainda mais avassaladora (NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012, p. 227-228).

O golpe de 1964 no Brasil justificou-se pela necessidade do imperialismo de promover a abertura de nossa economia ao capital internacional, colocando-nos cada vez mais em uma posição de dependência, expressa também no processo de produção alimentar.

Negando a via de incentivo da produtividade pela da Reforma Agrária (efetiva e nos moldes dos países centrais, por exemplo), a ditadura realizou a incorporação dos pacotes tecnológicos, abrindo a economia e terras brasileiras ao mercado internacional, acarretando impactos sociais (concentração fundiária e desemprego) e biológicos,

(doenças causadas pelos venenos, etc) (ANDRADES; GANIMI, 2007) e garantindo, portanto, uma modernização conservadora nas relações de produção no campo.

Nesse contexto de ditadura militar e incentivo à incorporação do Centro-Oeste pelo capital internacional,

[...] o projeto de integração nacional passou a ter uma orientação mais centralizada e o planejamento da intervenção estatal assume um papel estratégico na condução do processo, desdobrando-se em múltiplos planos setoriais e regionais de desenvolvimento, o I e o II PND. Naquele momento, a integração produtiva acelerou o espraiamento da atividade industrial no território nacional, ocorrendo com forte apoio do Estado, tanto no sentido de mobilizar recursos às empresas, como ainda através de obras de infraestrutura (RIVERA; PINTO, 2008, p. 247).

A região também recebe incentivos como infraestrutura viária, estímulo à ocupação de terras e benefícios fiscais. Nesse bojo, as cidades passam a ser incorporadas na medida em que recebem maior incentivo à urbanização (RIVERA; PINTO, 2008). E é nesse período de início da década de 1970 que o Programa de Integração Nacional

[...] passa a implementar um de seus mais importantes instrumentos, voltado à promoção da colonização ao longo da Rodovia Transamazônica, distribuindo terras públicas e concedendo incentivos fiscais a investimentos e investidores. Ressalta-se que a política estimulada pelo PIN atendia à estratégia de fortalecer o capital e criar o uma base para que o espaço fosse por ele apropriado (RIVERA; PINTO, 2008, p. 247).

A apropriação da região Amazônica foi importante para os governos militares, pois era necessário manter maior controle sobre o país para exercer o comando autoritário e antidemocrático. Por isso, era preciso “[...] ocupar os espaços “vazios” da Região Amazônica, integrando-a às demais regiões do país, garantindo, assim, um padrão de unidade nacional. O *slogan* divulgado na época era “Integrar para não entregar” (SÁ, 2011, p. 23). Acerca da questão agrária, temos aí um tensionamento: neste período, os processos de ocupação da região foram empreendidos de “[...] forma centralizada e controlada” (ROSA, 2018, p. 235). Os governos militares, como estratégia de frear os impulsos sociais que se articulavam nas décadas de 1960 relacionados à questão do acesso à terra, militarizaram a questão agrária no Brasil. Isso mostra que a militarização da questão agrária foi uma forma encontrada de perpetuar a própria ditadura (ROSA, 2018).

Os governos militares empreenderam diversas ações para com os grupos sociais que reivindicavam acesso à terra. Suas práticas correspondiam à retirada dos armamentos utilizados por estes grupos como forma de defesa, desmobilização das representações como sindicatos e Igrejas indo até mesmo ao enquadramento desses grupos na Lei de Segurança Nacional, prisão e tortura (MARTINS, J.S. *apud* ROSA, 2018). O deslocamento destes grupos para áreas consideradas “vazias, também era empreendido como forma de desmobilizá-los.

O lema ‘*Terra para homens sem terra, homens para terra sem homens*’ reflete bem essa perspectiva dos Governos Militares, de que era preciso deslocar os excessos populacionais (e suas conseqüentes tensões) para lugares ‘vazios’. “E este lado da medalha, que o ângulo social se expressa pela desigualdade crescente, que se deixa entrever na forma que o Estado assume: autoritarismo para massa, protecionismo para as empresas (CARDOSO; MULLER, 1977 *apud* ROSA 2018, grifos do autor).

Com base nessa estratégia, o argumento dos governos militares era o de estarem solucionando os problemas existentes relacionados à questão agrária no país, uma vez que fomentavam a ocupação de terras por populações que a ela não tinham acesso.

No entanto, este objetivo ambicionado pelo Governo e expresso no PIN (Programa de Integração Nacional) não levou em consideração que nessa região tida como ‘vazio demográfico’ viviam em seus *territórios tradicionalmente ocupados* várias etnias indígenas, além de populações tradicionais dispersas por suas terras. Essas populações tradicionais (ribeirinhos, CRQs) e indígenas que tinham uma ocupação ancestral, somadas aos posseiros, seringueiros e extrativistas oriundos de frentes de expansão anteriores formavam uma população que não poderia ser ignorada [...] (ROSA, 2018, p. 237, grifos do autor).

O acesso à terra na região de Mato Grosso foi deixando de ser terras de trabalho para serem terras de negócio, conforme ideia desenvolvida por José de Souza Martins (ROSA, 2018).

De repente, parece que todo mundo mudou. Todos mudaram em face da terra. Não era mais a ocupação, a posse, a morada, a roça, a criação, o conhecimento do lugar, a vizinhança, que garantiam a ‘propriedade’. Havia que ter papel, documentos, título, prova, escritura, para que a propriedade fosse propriedade.

De repente, a gente não sabe mais de quem é a terra da gente. O homem e a terra estranham-se (IANNI, 1979 *apud* ROSA, 2018, p. 239).

Neste período de ditadura civil-militar, a paisagem e as relações sociais estabelecidas na região mato-grossense sofreram expressivas modificações, já que receberam intensos investimentos por parte do Estado, aliados aos interesses empresariais, para destinar o usufruto da terra exclusivamente ao mercado. Como expressão do favorecimento do Estado às ações do mercado, podemos destacar a Operação Amazônica, que compõe um conjunto de “[...] leis, decretos e medidas que instrumentalizaram a política da Ditadura a serem implementadas na área que corresponde à Amazônia Legal” (ROSA, 2018, p. 241).

A Operação Amazônica foi instituída como prioridade de governo para dar suporte e fomentar a ação de diferentes órgãos e projetos que foram sendo criados e transformados de modo a terem poderes, sob supervisão central, de atuar na região de modo mais efetivo. SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), BASA (Banco da Amazônia), INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), POLAMAZÔNIA (Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia) PROBOR, POLONOROESTE (Programa Integrado de Desenvolvimento do Nordeste do Brasil), PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste) PIN (Plano de Integração Nacional), SUDECO (Superintendência de desenvolvimento de Centro- Oeste), PRODOESTE (Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste) e outros atuaram diretamente e indiretamente sobre a realidade de Mato Grosso. As aberturas de estradas federais como Cuiabá-Santarém, Cuiabá-Porto Velho, Transamazônica e Perimetral Norte trouxeram nova dinâmica de ocupação (ROSA, 2018, p. 241-242).

Todas essas instituições fomentadas pelo Estado deram subsídio para que a ocupação de Mato Grosso fosse acelerada durante a ditadura, beneficiando os interesses privados. Embasados pela normatização do Estatuto da Terra, a ocupação da região ocorreu na forma denominada de colonização, como sendo, segundo seus idealizadores, um tipo de reforma agrária. A colonização poderia ocorrer incentivada e dirigida tanto pelo governo quanto pelas empresas privadas (ROSA, 2018).

Nesse sentido, podemos visualizar no plano da formação de Mato Grosso, o que Fernandes (1981) salientou em seus estudos sobre a revolução no Brasil. Segundo o autor, o país passou por uma revolução burguesa não clássica, ou seja, empreendida pelo alto e pelas elites, não favorecendo as necessidades reais da população. O resultado desse tipo de revolução é o que predomina nos países atrasados em que as mudanças não são benéficas para a classe trabalhadora, e de que coisas básicas como o acesso à terra, por exemplo, ainda estão longe de definitivamente serem solucionadas.

Uma característica importante desse tipo de ocupação, via colonização, é a forma excludente de tratamento destinado à classe empobrecida. Rosa (2018) destaca que havia um tipo ideal de colonizador. O tipo ideal não era o nordestino, que vinha em busca de novas oportunidades, mas sim o sulista, branco “[...] herdeiro dos grandes bandeirantes, responsáveis por seus locais de origem, as regiões Sudeste/Sul, tidas como mais desenvolvidas que os demais estados do país” (HEINST, 2007 *apud* ROSA, 2018, p. 251) e que expressava o desenvolvimento necessário para a região.

Atualmente o ideal de ‘pioneiro’ e ‘colonizador’ da segunda metade do século passado cede espaço para um novo personagem: o ‘*empreendedor rural*’; ‘o *homem de negócios*’; ‘o empresário que vê além das fronteiras’. Este ‘empreendedor’ tem como perfil ideal ser individualista e competitivo, capaz de agregar e controlar tanto a produção de matéria-prima, como o processamento industrial primário, concentrando em si todo o processo produtivo (ROSA, 2018, p. 252).

E este perfil ideal descrito acima é aquele “[...] dentro dos modelos do agronegócio, disposto a adequar-se ao mercado internacional de produção e exportação de *commodities* (mercadoria uniforme como soja, milho, algodão e carne bovina)” (ROSA, 2018, p. 253). Modelo que tem fomentado, além da concentração fundiária, grande violência no campo desde a sua origem até os dias atuais.

Conclusão

Ao longo do presente artigo, buscamos destacar o processo de incorporação da região mato-grossense a lógica da produção capitalista evidenciando a posição ocupada pelo Brasil como país de capitalismo dependente. Nesse sentido, buscamos evidenciar que o processo de constituição do Estado de Mato Grosso esteve diretamente relacionado a lógica de acumulação primitiva do capital na medida que foram desenvolvidas estratégias de ocupação da região com foco para extração dos recursos naturais para a exportação sem levar em consideração os interesses dos povos nativos e tradicionais presentes.

Evidenciamos que as políticas de ocupação da região foram articuladas durante o governo de Getúlio Vargas, mas foi durante a ditadura de 1964 que tais incentivos governamentais de colonização do território foram intensificadas. Tivemos durante a ditadura civil-militar maior processo de mobilização para entregar as terras da região ao

capital nacional e internacional, nos colocando efetivamente em uma posição de subalternidade em relação aos países de capitalismo central. Exemplo da posição de dependência destacada ao longo do artigo é exatamente a relação de produção fomentada na região. Uma produção majoritariamente voltada para a exportação de matéria prima com pouco valor agregado.

Referências

ANDRADES, T. O; GANIMI, R. N. Revolução verde e a apropriação capitalista. **CES Revista**, Juiz de Fora, v.21, 2007.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 1981.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GORENDER, J. **O escravismo colonial**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J.P. (Orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

MARX, K. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. Livro 1, v. 2.

NAKATANI, P; FALEIROS, R. N; VARGAS, N. C. Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, 2012.

NETO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2015.

RIVERA, M. S. P.; PINTO, G. F. P. M. Aspectos ocupacionais na área central do continente sul-americano: formação territorial mato-grossense. In: HIGA, T. C. D. S. (org). **Estudos regionais sul-americanos sociocultura, economia e dinâmica territorial na área central do continente**. Cuiabá: EdUFMT, 2008.

ROSA, J. C. Colonização recente no Mato Grosso entre 1964-1984: antigas terras e territórios transformados em novos espaços. In: RODRIGUES, C; NETO, V. J (orgs.) **Nova História do Mato Grosso contemporâneo**. EdUFMT. Cuiabá: 2018.

SÁ, R. O. **Dinâmica da acumulação do capital no norte de Mato Grosso**: estudo relativo à indústria da madeira e da carne (1970-2007). Cuiabá: EdUFMT, 2011.

VALÊNCIA, A. S. **A reestruturação do mundo do trabalho**: superexploração e novos paradigmas da organização do trabalho. Uberlândia, Edufo, 2009.